

**São Roque Energética S.A.**  
**Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025**  
**(não revisadas e não auditadas por auditores independentes)**

**São Roque Energética S.A.**  
**CNPJ n.º 15.116.321/0001-23**

**Balanco Patrimonial em 30 de junho de 2025**  
**(Valores em Milhares de Reais)**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2025</b> <b>(não revisado e não auditado)</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.210	6.391
Caixa restrito	6	13.445	7.833
Concessionárias e permissionárias	7	14.032	9.290
Impostos a recuperar	8	391	227
Adiantamento a fornecedores	9	2.723	4.498
Despesas antecipadas		96	671
Outros		4	4
Execução do Projeto P&D		200	-
		<b>50.101</b>	<b>28.914</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Impostos diferidos	10	-	-
Despesas antecipadas e outros		120	87
Imobilizado	11	1.147.217	1.155.844
Intangível	12	29.903	30.537
		<b>1.177.240</b>	<b>1.186.468</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.227.341</b>	<b>1.215.382</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas e não revisadas)

**São Roque Energética S.A.**  
**CNPJ n.º 15.116.321/0001-23**

**Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2025**  
**(Valores em Milhares de Reais)**

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2025</b> <b>(não revisado e não auditado)</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	6.593	11.878
Financiamentos	14	10.825	-
Debêntures	14	29.265	7.150
Obrigações tributárias	16	8.131	28.736
Concessão a pagar	15	84	585
Encargos setoriais		1.523	1.150
Obrigações sociais e trabalhistas		306	282
Parcelamentos de Tributos		4.907	-
		<b>61.634</b>	<b>49.781</b>
<b>Não Circulante</b>			
Antecipação de energia	17	2.459	4.798
Financiamentos	14	1.307.419	1.246.873
Debêntures	14	272.694	295.130
Concessão a pagar	15	33.016	31.971
Provisão para contingências	18	599	758
Parcelamentos de Tributos		30.127	-
		<b>1.646.314</b>	<b>1.579.530</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	19	336.313	336.313
Prejuízo/Lucros acumulados		(816.919)	(750.243)
		<b>(480.606)</b>	<b>(413.930)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			
		<b>1.227.341</b>	<b>1.215.382</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas e não revisadas)

São Roque Energética S.A.  
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Resultado do período em 30 de junho de 2025  
(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025 (não revisado e não auditado)	30/06/2024 (não revisado e não auditado)
Receita operacional líquida	20	69.130	43.766
Custos operacionais	21	(33.345)	(35.610)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>35.785</b>	<b>8.156</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	22	(2.318)	(4.601)
Outras receitas e outras despesas	23	60	108
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>33.527</b>	<b>3.663</b>
Receitas financeiras	24	902	230
Despesas financeiras	24	(101.106)	(75.758)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(66.677)</b>	<b>(71.865)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	-	-
<b>Prejuízo líquido do período</b>		<b>(66.677)</b>	<b>(71.865)</b>
Quantidade de ações integralizadas		336.312.733	336.312.733
Prejuízo líquido por ação (em R\$)		(0,0002)	(0,00021)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas e não revisadas)

**São Roque Energética S.A.**  
**CNPJ n.º 15.116.321/0001-23**

**Demonstração do Resultado Abrangente em 30 de junho de 2025**  
**(Valores em Milhares de Reais)**

	<b>30/06/2025</b> <small>(não revisado e não auditado)</small>	<b>30/06/2024</b> <small>(não revisado e não auditado)</small>
<b>Prejuízo líquido do período</b>	(66.677)	(71.865)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>(66.677)</b>	<b>(71.865)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas e não revisadas)

**São Roque Energética S.A.**  
**CNPJ n.º 15.116.321/0001-23**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2025**  
**(Valores em Milhares de Reais)**

<b>Mutações/Contas</b>	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>331.792</b>	<b>(460.805)</b>	<b>2.271</b>	<b>(126.742)</b>
Integralização de capital	4.521	-	(2.271)	2.250
Prejuízo líquido do exercício	-	(289.437)	-	(289.437)
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b> (não revisado e não auditado)	<b>336.313</b>	<b>(532.670)</b>	<b>-</b>	<b>(196.357)</b>
Integralização de capital	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	336.313	(532.670)	-	(196.357)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>336.313</b>	<b>(750.242)</b>	<b>-</b>	<b>(413.929)</b>
Prejuízo líquido do período	-	(66.677)	-	(66.677)
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b> (não revisado e não auditado)	<b>336.313</b>	<b>(816.919)</b>	<b>-</b>	<b>(480.606)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas e não revisadas)

**São Roque Energética S.A.**  
**CNPJ n.º 15.116.321/0001-23**  
**Demonstração do Fluxo de Caixa em 30 junho de 2025**  
**(Valores em milhares de Reais)**

	Nota	30/06/2025 (não revisado e não auditado)	30/06/2024 (não revisado e não auditado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo líquido do período	24	(66.677)	(71.865)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas</b>			
Depreciação e amortização	10	12.164	12.163
Juros incorridos e tarifa sobre financiamentos	13	89.401	76.627
Variação monetária do uso do bem público	14	544	341
Provisão para contingências		(160)	(62)
Concessionárias e permissionárias		(4.742)	(0)
Provisão da unitização		-	879
<b>Aumento (redução) dos ativos</b>			
Impostos a recuperar		(164)	1.414
Adiantamento a fornecedores		1.775	(4.299)
Despesas antecipadas		542	414
Caixa restrito		(5.612)	-
Execução do Projeto P&D		(200)	-
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores	13	(6.192)	(5.424)
Antecipação de energia		(2.338)	(2.399)
Partes relacionadas		-	-
Encargos setoriais		373	179
Obrigações sociais e trabalhistas		24	34
Obrigações tributárias		(20.605)	4.472
Parcelamentos de Tributos		35.034	(78)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>34.073</b>	<b>12.397</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 30	(1.996)	(2.018)
Baixas de imobilizado e intangível	11	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.996)</b>	<b>(2.018)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captação de debêntures		-	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(6.959)	-
Despesas financeiras e juros pagos	14	(11.392)	(1.776)
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	-	(2.271)
Aumento de capital	18	-	4.521
		-	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(18.351)</b>	<b>474</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>12.819</b>	<b>10.854</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>6.391</b>	<b>2.943</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>		<b>19.210</b>	<b>13.797</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>12.819</b>	<b>10.854</b>
<b>Caixa final do período + caixa restrito</b>		<b>32.655</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas e não revisadas)

### 1. Contexto operacional

#### a. Objeto social

A São Roque Energética S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, foi constituída como uma subsidiária integral da Desenvix Energias Renováveis S.A., em 26 de janeiro de 2012, com sede em Barueri. A Companhia tem como objeto social construir e explorar comercialmente a Usina Hidrelétrica São Roque, localizada no rio Canoas, nos municípios de Vargem e São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina.

#### b. Concessão do direito de exploração da Usina Hidrelétrica São Roque

A Companhia é detentora da concessão para construção e exploração da Usina Hidrelétrica São Roque, arrematada pela Desenvix Energias Renováveis S.A., durante o Leilão nº 7/2011, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, em 20 de dezembro de 2011, com o objetivo de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com início de suprimento que estava previsto para janeiro de 2016.

Em 20 de agosto de 2012, a União (Poder Concedente), por meio do Contrato de Concessão nº 01/2012-MME-UHE São Roque, de uso do bem público para geração de energia elétrica sob o regime de produção independente de energia elétrica, concedeu à São Roque Energética S.A. (Concessionária), por um período de 35 anos, o direito de construir e explorar o potencial de energia elétrica da Usina Hidrelétrica São Roque, bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à usina hidrelétrica.

A Usina tem uma potência instalada de 141,9 MW (megawatt) e a concessão possui o prazo de 35 anos, contado a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão.

Inicialmente a garantia física de energia da Usina, de acordo com a portaria SPE/MME nº 37 de 17 de novembro de 2011 era de 90,9 MW médios, após a completa motorização, sendo que neste total estão incluídos 13,5 MW médios relativos ao benefício indireto e considerados na última unidade. Em 08 de julho de 2016, conforme a portaria MME nº 108, foram definidos novos montantes de garantia física passando esta a ser de 91,3 MW médios. Em 13 de dezembro de 2023 foi publicada a portaria nº 2.697/SNTEP/MME, retificando a garantia física para 98,7 MW médios e tendo efeito retroativo à data de 21 de julho de 2022, data de Operação Comercial da primeira Unidade Geradora. Neste montante estão incluídos 14,9 MW médios relativos ao benefício indireto, que foi considerado na última unidade geradora.

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia protocolou o pedido de anuência à ANEEL para a transferência de seu controle societário para o Fundo de Investimento em Participações Desenvix - FIP Desenvix. Em 14 de janeiro de 2013, através da Resolução Autorizativa nº 3.845/2013, tal anuência foi concedida.

## São Roque Energética S.A.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em 15 de julho de 2015, foi transferido integralmente o controle societário do Fundo de Investimento em Participação Desenvix – FIP Desenvix para a Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (antigo Caixa Fundo de Investimento em Participação CEVIX), com anuência da ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5140/2015. A construção da UHE São Roque foi iniciada em novembro de 2013 e foi executada através de contrato *EPC – Engineering, Procurement and Construction*.

Em 18 de outubro de 2019 a São Roque Energética participou do Leilão nº 4/2019 da ANEEL (A-6 de 2019), no qual comercializou 60 (sessenta) MW médios de sua garantia física, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 157,08/MWh, base outubro de 2019, com entrega prevista a partir de janeiro de 2025 e com prazo de suprimento de 30 (trinta) anos ou até o final da concessão, o que ocorrer antes.

Em 24 de novembro de 2020 realizou leilão no Ambiente de Contratação Livre (ACL) no qual vendeu 32 MW médios para entrega em 2022 e 33 MW médios para entrega em 2023, com tarifas médias de R\$ 182,57/MWh e R\$ 156,06/MWh, respectivamente, ambos os preços referidos de novembro/2020.

Em 30 de setembro de 2021 participou do Leilão de Energia Nova nº 8/2021 (A-5 de 2021) da ANEEL no qual comercializou 27,8 MW médios de sua garantia física, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 174,27/MWh, base setembro de 2021, com entrega prevista a partir de janeiro de 2026 e com prazo de suprimento de 25 (vinte e cinco) anos ou até o final da concessão, o que ocorrer antes.

A primeira unidade geradora da UHE São Roque entrou em operação comercial em julho/2022. A seguir estão apresentados os despachos do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que liberaram a operação comercial das três unidades geradoras:

- Unidade geradora 01: Despacho nº 1.939, de 20 de julho de 2022, liberou a operação comercial a partir de 21 de julho de 2022;
- Unidade geradora 02: Despacho nº 2.646, de 16 de setembro de 2022, liberou a operação comercial a partir de 19 de setembro de 2022;
- Unidade geradora 03: Despacho nº 2.063, de 29 de julho de 2022, liberou a operação comercial da UG a partir de 01 de agosto de 2022.

Em setembro de 2022 a São Roque recebeu o Certificado I-REC do Instituto Totum para comercialização de certificados I-REC (1 I-REC equivale a 1 MWh de energia gerada e injetada no sistema elétrico).

Em 02 de dezembro de 2022 a São Roque participou do Leilão de Energia Nova nº 7/2022 (A-2/2022) da ANEEL, no qual comercializou 30 MW médios no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 131,00/MWh, base dezembro de 2022, com entrega a partir de janeiro de 2024 e com prazo de suprimento de 2 (dois) anos.

Em 26 dezembro de 2022, foi celebrado o primeiro aditivo ao Contrato de Financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

## Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em maio de 2024, foi celebrada a emissão de debêntures incentivadas no valor de R\$ 300 milhões. Sendo a 1º (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo a 1º (primeira) série da espécie com garantia real e a 2º (segunda) série da espécie subordinada, para distribuição pública.

## 2. Principais políticas contábeis aplicadas as demonstrações financeiras intermediárias

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 04 de agosto de 2025.

#### a. Declaração de continuidade operacional

A administração da UHE São Roque reconhece a existência de elementos que, em uma análise isolada, poderiam indicar risco à continuidade operacional da Companhia. Tais elementos incluem: capital circulante líquido negativo em 30 de junho de 2025, no montante de R\$ 11.533 (R\$ 20.867 em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido negativo em 30 de junho de 2025, no montante de R\$ 480.607 (R\$ 413.930 em 31 de dezembro de 2024).

Entretanto, a administração, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, sustenta que a continuidade operacional da UHE São Roque não está ameaçada. A aparente preocupação com a liquidez, decorrente do capital circulante líquido negativo, é mitigada pela geração de caixa operacional positiva em 2025/2026 que demonstra a capacidade da empresa de honrar seus compromissos financeiros e reforça a solidez operacional.

O plano de negócios da Companhia, demonstra a previsibilidade de caixa até o fim da concessão hidrelétrica. A previsibilidade de geração de caixa da UHE São Roque, decorrente da comercialização de 89% de sua garantia física no mercado regulado por acima de 22 anos contados de 30 de junho de 2025, e o endividamento com prazo médio superior a 12 anos. Os montantes de energia vendida, contratada, são: 93,15MWm em 2025, 91,30 MWm em 2026 e 87,80 MWm de 2027 até o final da concessão (não auditado).

O parágrafo primeiro da Cláusula Quarta do Contrato de Financiamento Mediante Abertura Crédito n.º14.2.0391.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") prevê o perdão do subcrédito B, condicionado ao cumprimento dos pagamentos do subcrédito A. A escritura de emissão de debêntures na cláusula 4.12.2.1. estabelece o alongamento do serviço da dívida da segunda série em caso de indisponibilidade de recursos para honrar o pagamento das Debêntures. permitem à Companhia adequar-se para cumprir suas obrigações financeiras.

A administração, fundamentada nos princípios da continuidade operacional no futuro previsível, conforme estabelecido no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e nas premissas de continuidade descritas acima, concluiu que não há incertezas relevantes relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível.

Em caso de necessidade de caixa, a Companhia tem o suporte financeiro do seu controlador direto e do seu controlador final para cumprir os pagamentos no período de doze meses e para longo prazo.

### 2.2. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3. Instrumentos financeiros

#### a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados como: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas.

#### Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

#### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado) quando, e apenas quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa de ativo financeiro expiram;
- a Companhia transfere os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro;
- a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou
- a Companhia não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. A redução do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas, e tão somente, se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo, e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança.

O valor da redução é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia mensura a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável. Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

### **b. Passivos financeiros**

A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

#### Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### **c. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **2.4. Caixa e equivalentes de caixa**

No balanço patrimonial, os saldos de caixa, compreendem os saldos positivos em conta corrente movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima.

## **2.5. Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo descontado o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela ANEEL.

### 2.6. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, ICPC 01 – (R1), ICPC 17 e o OCPC 05 – referente a Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

### 2.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### 2.8. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

### 2.9. Concessões a pagar - Taxas regulamentares “Uso do Bem Público”

Corresponde aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico.

### 2.10. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e apurados pelo regime de competência.

- (i) **Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D:** Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.
- (ii) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem, instalações destinadas à sua produção de energia elétrica, ou que tenha áreas atingidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

## **2.11. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

## **2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### **2.13. Reconhecimento da receita**

A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes.

O CPC 47, estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Para o cumprimento e reconhecimento da receita é definido:

- (i) Quantidades de energia por MWh anuais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

## Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

A receita operacional líquida é composta da receita de venda de energia, deduzida dos tributos, do programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D e da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, pois são calculados sobre a receita de venda de energia.

### 2.14. Apuração do resultado

Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente os ganhos com aplicações financeiras, juros e variações monetárias. As despesas financeiras representam os encargos sobre financiamentos, os juros efetivos incorridos, e os demais encargos, despesas bancárias e outras transações financeiras.

### 2.15. Novas normas contábeis

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajadas pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
- IFRS 19 – Benefícios aos Empregados
- IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade
- IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao clima

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 30 de junho de 2025 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

As seguintes alterações de normas contábeis são aplicáveis para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade

A Companhia avaliou os impactos dessas alterações na preparação de suas demonstrações financeiras para exercícios 2025 e não identificou impactos relevantes.

### 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

#### a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pelo menos uma vez ao ano, de acordo com as políticas apresentadas na nota 2.

O teste de provisão de ativos foi efetuado com base no valor em uso das unidades geradoras de caixa para fins de determinação nos fluxos de caixa líquidos de lucros operacionais gerados pelo ativo “Usina Hidrelétrica São Roque” (Imobilizado), e do Uso do Bem Público (UBP) registrado como intangível.

O teste de *Impairment* realizado pela Companhia, utilizou como premissas, a vida útil do ativo, o prazo de concessão de 35 anos, e fez o teste através do fluxo de caixa descontado.

Foram utilizadas no teste duas premissas para comparativo, em relação a taxa de desconto. Sendo uma delas através da taxa regulatória de remuneração do capital divulgada pelo despacho nº 894 de 21/03/2024 da ANEEL. E a segunda premissa, com a taxa calculada a partir do custo médio ponderado de capital.

Neste fluxo de caixa foram considerados todos os PPAs de compra e venda da Companhia, no mercado regulado e no mercado livre.

Os valores recuperáveis da unidade geradora de caixa UHE São Roque foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

A Companhia concluiu que não foi apurado perda por redução do valor recuperável (*impairment*) uma vez que o valor recuperável da unidade geradora de caixa UHE SÃO ROQUE é maior do que o valor contábil em 30 de junho de 2025, não sendo necessário portanto nenhum ajuste de contabilização de perda.

### **b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas**

É constituída com base na avaliação de risco, considerando que a probabilidade de ocorrer uma perda é maior que a de não ocorrer, conforme critério estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda é embasada em relatórios preparados pelos assessores legais da Companhia conforme nota 2.

## **4. Gerenciamento de risco financeiro**

### **Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, outras contas a pagar e fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

### **a. Gerenciamento de riscos**

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

### **b. Risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras, as quais são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

### **c. Capitalização de juros incorridos sobre financiamentos**

Conforme CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, a Companhia capitalizou os encargos financeiros vinculados aos financiamentos, sendo que esses juros são capitalizados até o momento da entrada em operação da Usina e realizados linearmente pela depreciação no período de sua vida útil.

**Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****5. Caixa e equivalentes de caixa**

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de renda fixa e títulos de capitalização remunerados a taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	<b>30/06/2025</b> (não revisado e não auditado)	<b>31/12/2024</b>
Banco conta movimento	15.367	3.020
Aplicações financeiras	3.844	3.371
	<b>19.210</b>	<b>6.391</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**6. Caixa restrito**

Conforme determinado pelo contrato de escritura de emissão das debêntures. A Companhia deve transferir para conta reserva o valor de 1/6 a cada mês para pagamento das parcelas referente a amortização das debêntures.

	<b>30/06/2025</b> (não revisado e não auditado)	<b>31/12/2024</b>
Conta reserva debêntures	13.445	7.833
	<b>13.445</b>	<b>7.833</b>

**7. Concessionárias e permissionárias**

	<b>30/06/2025</b> (não revisado e não auditado)	<b>31/12/2024</b>
Receita de curto prazo	2.758	-
Provisão de receita não faturada âmbito CCEE	-	491
Provisão de receita não faturada de curto prazo	11.274	8.799
	<b>14.032</b>	<b>9.290</b>

Saldo correspondente a geração de energia do mês de maio de 2025, cujas notas fiscais foram emitidas em junho de 2025.

O prazo médio de recebimento para a comercialização de energia referente a contratos realizados pelo Mercado Livre é de aproximadamente 10 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, já os contratos Regulados são de aproximadamente 20 a 45 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda. Os valores referentes a liquidação Financeira na CCEE são de aproximadamente 45 dias contados do primeiro dia do mês subsequente.

# São Roque Energética S.A.

## Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não há títulos vencidos e provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 30 de junho de 2025, de acordo com as políticas da Companhia.

### 8. Impostos a recuperar

	<b>30/06/2025</b> (não revisado e não auditado)	<b>31/12/2024</b>
IRRF sobre aplicação financeira	173	116
Crédito de Pis e Cofins	142	106
Saldo negativo de IRPJ	71	3
Outros	5	-
ISS pago a maior	-	1
	<b>391</b>	<b>227</b>

Os direitos decorrentes de tributos a recuperar ou compensar são mensurados de acordo com os documentos que demonstrem o crédito apurado.

### 9. Adiantamento a fornecedores

Saldo correspondente ao pagamento antecipado de medições de fornecedores ainda não emitidas no exercício social de 2025, com previsão de medição e faturamento no exercício social de 2025 (segundo semestre), em sua maioria fornecedor do contrato de O&M (Operação e Manutenção da Usina).

### 10. Impostos diferidos

A Companhia avalia, na data de cada balanço, revisa sua estimativa de recuperabilidade dos impostos diferidos. Para 30 de junho de 2025, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, a Companhia não reconheceu o ativo fiscal diferido, advindo do registro de prejuízos fiscais não utilizados, uma vez que, apesar da existência do crédito, a administração entende, que o horizonte de perdão de dívida em 15 de setembro de 2047, (conforme parágrafo primeiro da Cláusula Quarta do Contrato de Financiamento Mediante Abertura Crédito n.º14.2.0391.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES")) necessário para a utilização integral do ativo após o pagamento do subcrédito A do BNDES, não se enquadra no conceito de "futuro previsível" para fins de permanência no ativo diferido reconhecido no balanço patrimonial, mesmo com projeção fluxo de caixa futuro com resultado operacional positivo, para fins de análise de impairment (nota 3.a), as projeções demonstram que as despesas financeiras consomem o lucro operacional, de forma que ocorra prejuízo fiscal em vários anos, exceto em 2047 que considera a possibilidade do evento de perdão de dívida mencionado anteriormente.

## Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração entende que o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos no futuro, depende principalmente do pagamento total dos financiamentos em aberto. Contudo, visto a revisão das projeções e o longo horizonte para cumprir a liquidação total, não satisfaz a condição para manutenção do saldo. A revisão da estimativa que gerou a baixa contábil não implica na renúncia ao direito da UHE São Roque de utilizar os prejuízos fiscais acumulados para compensar lucros tributáveis futuros, em conformidade com a legislação fiscal vigente. A decisão reflete, portanto, uma revisão de estimativa baseada na interpretação das normas contábeis, sem impactar a capacidade da empresa de gerar caixa e honrar seus compromissos financeiros.

Com isso, em 30 de junho de 2025, a Companhia possui um montante referente a diferenças temporárias de R\$ 817 (R\$ 2.898 em 31 de dezembro de 2024) e um montante referente a prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 644.689 (R\$ 578.012 em 31 de dezembro de 2024) não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### Movimentação dos impostos diferidos

	<b>30/06/2025</b> <small>(não revisado e não auditado)</small>	<b>31/12/2024</b>
Ativo fiscal diferido – 01 de janeiro	-	148.660
Reversão no exercício	-	(148.660)
Ativo fiscal diferido – 31 de dezembro	-	-
Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(148.660)

## 11. Imobilizado

O imobilizado da Companhia, é formado pelos ativos operacionais tangíveis que compõem a unidade geradora de caixa UHE São Roque. A usina entrou em operação em 2022 e na ocasião a Companhia procedeu com a avaliação física e com a unitização dos valores contábeis dos ativos conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia reconhece a depreciação dos ativos, em conformidade às taxas definidas pela Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL.

Conforme descrito na política, a Companhia procede anualmente com o teste de recuperabilidade dos ativos de acordo com seu valor em uso que é o valor presente de todos os fluxos de caixa futuros que o ativo irá gerar ao longo da vida útil até findar o prazo de concessão.

A Companhia concluiu que não foi apurado perda por redução do valor recuperável (*impairment*) uma vez que o valor recuperável da unidade geradora de caixa UHE SÃO ROQUE é maior do que o valor contábil em 30 de junho de 2025, não sendo necessário portanto nenhum ajuste de contabilização de perda, conforme nota 3 (a) - Redução ao valor recuperável (*impairment*).

# São Roque Energética S.A.

## Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### a. Imobilizado

Contas	Taxa média de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	30/06/2025	31/12/2024
				(não revisado e não auditado)	Líquido
Terrenos		150.764	-	150.764	150.764
Terrenos (Aguardando Escrituração)		23.362	-	23.362	17.543
Reservatório, barragens e adutoras	3,49%	706.509	(41.472)	665.036	672.146
Edificações, obras civis e canteiro de obras	3,49%	55.665	(3.517)	52.148	52.751
Máquinas e equipamentos	3,49%	264.528	(22.162)	242.366	246.164
Veículos	3,49%	243	(94)	148	166
Móveis e utensílios	3,49%	6	-	6	4
Depósitos judiciais (*)		13.388	-	13.388	16.308
<b>Totais</b>		<b>1.214.464</b>	<b>(67.246)</b>	<b>1.147.217</b>	<b>1.155.844</b>

(\*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos estão em andamento aguardando julgamento.

### b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2024	Adições	Transferência entre contas	30/06/2025 (não revisado e não auditado)
Terrenos	150.764	-	-	150.764
Reservatório, barragens e adutoras	706.509	-	-	706.509
Edificações, obras civis e canteiro de obras	55.665	-	-	55.665
Máquinas e equipamentos	264.526	2	-	264.528
Veículos	243	-	-	243
Depósitos judiciais	16.307	73	(2.993)	13.388
Móveis e utensílios	4	2	-	6
Terrenos (Aguardando Escrituração)	17.543	2.827	2.993	23.363
	<b>1.211.560</b>	<b>2.904</b>	<b>-</b>	<b>1.214.464</b>

### c. Movimentação da depreciação

	31/12/2024	Adições	Baixas	30/06/2025 (não revisado e não auditado)
Reservatório, barragens e adutoras	(34.363)	(7.110)	-	(41.472)
Edificações, obras civis e canteiro de obras	(2.914)	(603)	-	(3.517)
Máquinas e equipamentos	(18.362)	(3.800)	-	(22.162)
Veículos	(77)	(17)	-	(94)
Móveis e utensílios	-	-	-	-
	<b>(55.716)</b>	<b>(11.530)</b>	<b>-</b>	<b>(67.246)</b>

### Indisponibilidade dos bens

De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1997, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, são vinculados a esses serviços, não podendo ser removidos ou alienados, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente.

# São Roque Energética S.A.

## Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Reconciliação do saldo do fluxo de caixa

<b>Saldo do imobilizado em 31/12/2024</b>	<b>1.211.560</b>
Adições de terrenos em parcelamento	908
Demais adições efetivamente pagas	1.996
<b>Saldo do imobilizado em 30/06/2025</b>	<b>1.214.464</b>
(não revisado e não auditado)	

### 12. Intangível

O ativo intangível da Companhia é formado principalmente pelos valores da (UBP) Uso do Bem Público que se referem ao direito de exploração da concessão e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em agosto de 2047.

A administração da Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável, conforme nota 3 (a) - Redução ao valor recuperável (*impairment*).

Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para o cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão ao custo histórico, a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados ao valor novo de reposição.

#### a. Composição do intangível

	Taxa média de amortização	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2025 (não revisado e não auditado)	31/12/2024
				Líquido	Líquido
Uso do Bem Público (UBP)	4,32%	31.698	(3.791)	27.907	28.539
Softwares	20%	26	(15)	11	13
Servidão		1.738	-	1.738	1.738
Depósitos judiciais		247	-	247	247
		<b>33.709</b>	<b>(3.806)</b>	<b>29.903</b>	<b>30.537</b>

#### b. Movimentação do custo

	31/12/2024	Adições	Baixas	30/06/2025 (não revisado e não auditado)
UBP - Uso do Bem Público	31.698	-	-	31.698
Servidão	1.738	-	-	1.738
Depósitos judiciais	247	-	-	247
Softwares	26	-	-	26
	<b>33.709</b>	-	-	<b>33.709</b>

## São Roque Energética S.A.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### c. Movimentação da amortização

	31/12/2024	Adições	Baixas	30/06/2025 (não revisado e não auditado)
UBP - Uso do Bem Público	(3.159)	(632)	-	(3.791)
Softwares	(13)	(3)	-	(15)
	<b>(3.172)</b>	<b>(634)</b>	-	<b>(3.806)</b>

#### 13. Fornecedores

	30/06/2025 (não revisado e não auditado)	31/12/2024
Fornecedores de uso da rede elétrica - TUST (i)	1.792	1.848
Materiais e serviços	3.006	6.185
Fornecedores - Pagamentos Acordos	1.795	3.580
Outros	-	265
	<b>6.593</b>	<b>11.878</b>

(i) Saldo referente a Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão conforme Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST da competência de junho de 2025, com faturamento e vencimento para o mês seguinte.

#### Reconciliação do saldo do fluxo de caixa

<b>Saldo de fornecedores em 31/12/2024</b>	<b>11.878</b>
Saldo de parcelamento de terrenos a pagar constituída em 2025	908
Saldo de pagamentos de fornecedores (saída de caixa)	(6.192)
<b>Saldo de fornecedores em 30/06/2025</b> (não auditado e não revisado)	<b>6.593</b>

## São Roque Energética S.A.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14. Financiamentos e Debêntures

Agente financeiro	Encargos	Vencimento	30/06/2025 (não revisado e não auditado)	31/12/2024
BNDES - sub A (direto)	IPCA + 5,43% a.a.	ago/47	648.129	613.596
BNDES - sub B (direto)	IPCA + 5,43% a.a.	ago/47	325.836	307.341
BRDE - sub A (repasse)	IPCA + 5,43% a.a.	ago/47	344.280	325.936
			<b>1.318.244</b>	<b>1.246.873</b>
				<b>3</b>

Todos os financiamentos acima foram para aplicação na construção da usina UHE São Roque.

#### Movimentação dos financiamentos 2025

Agente financeiro	31/12/2024	Encargos/ Juros	Pagamento de juros	30/06/2025 (não revisado e não auditado)
BNDES - sub A (direto)	613.596	36.907	(2.375)	648.129
BNDES - sub B (direto)	307.341	18.495	-	325.836
BRDE - sub A (repasse)	325.936	19.605	(1.261)	344.280
	<b>1.246.873</b>	<b>75.007</b>	<b>(3.636)</b>	<b>1.318.244</b>

#### Movimentação dos financiamentos 2024

Agente financeiro	31/12/2023	Pagamento de principal	Encargos	Pagamento de juros	31/12/2024
BNDES - sub A (direto)	557.726	-	55.870	-	613.596
BNDES - sub B (direto)	279.357	-	27.984	-	307.341
BRDE - sub A (repasse)	296.260	-	29.676	-	325.936
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 373/21)	135.239	(125.215)	8.701	(18.725)	-
PCS II - Gestora Prisma Capital (CCB 602/21)	138.938	(128.697)	8.889	(19.130)	-
	<b>1.407.520</b>	<b>(253.912)</b>	<b>131.120</b>	<b>(37.855)</b>	<b>1.246.873</b>

Para os financiamentos junto ao BNDES e BRDE, as garantias foram: penhor dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios, penhor de ações, cessão fiduciária de direitos.

# São Roque Energética S.A.

## Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as cláusulas contratuais do aditivo ao contrato de financiamento com o BNDES/BRDE, se verificado o cumprimento integral de todas as obrigações financeiras estipuladas para o subcrédito "A", os valores decorrentes do subcrédito "B", acrescidos da sua atualização e dos encargos previstos, terão seu pagamento dispensado automaticamente em 2047.

Em maio de 2024, a Companhia celebrou termo de quitação dos financiamentos da PCS II que seu deu através da transferência de recursos imediatamente disponíveis para conta bancária de titularidade do Companhia no mesmo dia útil em que ocorreu a primeira integralização das Debêntures.

Em maio de 2024 a Companhia fez a emissão de debêntures incentivadas no valor de R\$ 300 milhões. Sendo a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo a 1ª (primeira) série da espécie com garantia real e a 2ª (segunda) série da espécie subordinada, para distribuição pública.

Em outubro de 2024 a Companhia fez a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, para colocação privada em favor do BNDES (debenturista) no valor de R\$ 1,00 (um real) e celebrou aditivos para os contratos de penhor das ações e da cessão fiduciária.

### Composição do custo das debêntures

Agente financeiro - Emissão na B3	Encargos	Vencimento	30/06/2025 (não revisado e não auditado)	31/12/2024
Debêntures - 1ª Emissão - Série 1 - SRQE11	IPCA + 8.2548000%	dez/36	170.327	177.181
Debêntures - 1ª Emissão - Série 2 - SRQE21	IPCA + 9.2460000%	dez/47	131.240	125.099
Debêntures - 2ª Emissão - Série única - SRQE12	Não tem correção R\$ 1,00	-	-	-
			<b>301.567</b>	<b>302.280</b>

### Movimentação de custo das debêntures

Agente financeiro - Emissão na B3	31/12/2024	Custo de Transação a Amortizar	Encargos /Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	30/06/2025 (não revisado e não auditado)
Debêntures - 1ª Emissão - Série 1 - SRQE11	177.181	225	7.410	(6.567)	(7.922)	170.327
Debêntures - 1ª Emissão - Série 2 - SRQE21	125.099	-	6.141	-	-	131.240
Debêntures - 2ª Emissão - Série única - SRQE12	-	-	-	-	-	-
	<b>302.280</b>	<b>225</b>	<b>13.551</b>	<b>(6.567)</b>	<b>(7.922)</b>	<b>301.567</b>

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Para as debêntures, as principais garantias foram: penhor dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios, penhor de ações, cessão fiduciária de direitos.

As principais vedações da Companhia, são: ceder, onerar, constituir penhor ou gravame, nem vincular, em favor de outro credor, os direitos cedidos.

Sem a prévia e expressa autorização dos credores, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não firmar contratos de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença e/ou seus acionistas, inclusive adiantamentos para futuro aumento de capital, bem como não efetuar redução de seu capital social até a final liquidação de todas as obrigações assumidas., não alienar nem onerar bens de seu ativo não circulante.

#### Índice de Cobertura da Dívida

A Escritura de Emissão de Debêntures possui cláusulas que requerem que a Companhia mantenha, durante o período de amortização do contrato, o índice de cobertura do serviço da dívida anual de, no mínimo, 1,2 (uma vírgula dois).

O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos no contrato e deve ocorrer a medição do coeficiente semestralmente.

A Companhia acompanha as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Desta forma, em 30 de junho de 2025, não foram identificados descumprimentos com as respectivas cláusulas.

#### 15. Concessões a pagar

A UHE São Roque foi arrematada durante leilão de energia, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 20 de dezembro de 2011, pela Desenvix Energias Renováveis S.A., sendo o Contrato de Concessão para exploração do potencial elétrico firmado em 20 de agosto de 2012. O referido contrato de concessão estabelece dentre outros pontos, o pagamento pelo Uso do Bem Público, sendo:

- (i) A Companhia assumiu obrigação junto à União, a partir da data da Operação Comercial da Primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, até o final da concessão (35 anos), parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 489 mil.
- (ii) O valor de pagamento pelo Uso do Bem Público é atualizado mensalmente utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

**Movimentação da obrigação com a concessão**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Encargos + tributos</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>30/06/2025 (não revisado e não auditado)</b>
Concessão UBP	32.556	1.046	(502)	33.100
	<b>32.556</b>	<b>1.046</b>	<b>(502)</b>	<b>33.100</b>

  

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Encargos + tributos</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>31/12/2024</b>
Concessão UBP	31.929	1.610	(984)	32.556
	<b>31.929</b>	<b>1.610</b>	<b>(984)</b>	<b>32.556</b>

**16. Obrigações tributárias**

	<b>30/06/2025 (não revisado e não auditado)</b>	<b>31/12/2024</b>
ISS a recolher	2.293	2.526
Retidos na Fonte (IRRF, CSRF, INSS)	83	1.557
IRPJ e CSLL	-	9.309
PIS a recolher	998	2.580
COFINS a recolher	4.606	11.970
INSS e FGTS a recolher	151	793
	<b>8.131</b>	<b>28.736</b>

A Companhia repactuou as obrigações tributárias de curto prazo referente aos impostos de Pis e Cofins, imposto de renda e contribuição social e retidos na fonte, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 587 (quinhentos e oitenta e sete mil reais), sendo que a primeira parcela foi paga no ato da adesão do parcelamento.

**17. Antecipação de contratos de compra e venda de energia**

Durante o exercício anterior, a Companhia negociou o recebimento financeiro antecipado de contratos de compra e venda de energia elétrica com uma comercializadora de energia. O período de fornecimento da energia negociado refere-se a obrigação de entrega de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 (6,36 MW médios – não auditado).

**18. Provisão para contingências**

A Companhia é parte de processos judiciais, de natureza cível e fiscal. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, conforme composição abaixo:

# São Roque Energética S.A.

## Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### a. Composição da provisão para risco provável

	30/06/2025 (não revisado e não auditado)	31/12/2024
Provisão para contingências	599	758
	<u>599</u>	<u>758</u>

#### (i) Processos cíveis

Em 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 554 (R\$ 554 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a ações cíveis de contratações.

#### (ii) Processos socioambientais

Em 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 45 (R\$ 204 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a ações de desapropriações, impetradas por pessoas físicas e jurídicas, que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina UHE São Roque.

### b. Composição da provisão para risco possível

Em 30 de junho de 2025, as ações de risco de perda classificado pelos assessores jurídicos como possível totalizam o montante de R\$ 98.776 (R\$ 69.006 em 31 de dezembro de 2024) conforme segue:

#### • Processos socioambientais

Em 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 17.618 (R\$ 10.301 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a ações de desapropriações, impetradas por pessoas físicas e jurídicas, que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina UHE São Roque.

#### • Processos tributários

Em 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 38.895 (R\$ 26.743 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a ações tributárias de exigência de IOF, em que a Companhia foi incluída como responsável solidária do réu principal e ações de exigência do ISSQN incidente entre 2013 à 2016.

#### • Processos cíveis

Em 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 42.262 (R\$ 42.262 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a ações cíveis de contratações de fornecedores.

## 19. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

### Capital social

- (i) O capital social em 30 de junho de 2025 é de R\$ 336.313 (trezentos e trinta e seis milhões e trezentos e treze mil reais) e em 31 de dezembro de 2024 de R\$

## São Roque Energética S.A.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

336.313 (trezentos e trinta e seis milhões e trezentos e treze mil reais). A Companhia tem único acionista direto o FIP Multiestratégia.

	<b>Quantidade de ações</b>	<b>% Participação</b>
Nova Participações em Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	336.313	100%

Em 2025 não houveram movimentações no capital social.

### 20. Receita de operações com energia elétrica

	<b>30/06/2025</b> (não revisado e não auditado)	<b>30/06/2024</b> (não revisado e não auditado)
Receitas de Operação com energia elétrica	74.024	52.257
Venda de Energia - Não Faturado	1.983	
Energia Elétrica de curto prazo - Âmbito CCEE - MCSD	-	
Energia Elétrica de curto prazo - Âmbito CCEE	3.634	255
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>79.642</b>	<b>52.512</b>
Impostos incidentes sobre receitas	(7.367)	(4.834)
Encargos do consumidor	(3.145)	(3.913)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>69.130</b>	<b>43.766</b>

### 21. Custos operacionais

	<b>30/06/2025</b> (não revisado e não auditado)	<b>30/06/2024</b> (não revisado e não auditado)
Amortização e depreciação	(12.164)	(12.163)
TUST - Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	(7.293)	(6.903)
Serviços prestados por terceiros	(7.467)	(12.319)
Compra de energia elétrica	(7.473)	(4.033)
Aluguel e Seguros	(575)	(450)
Outros custos	(589)	(380)
(-) Crédito Pis/Cofins	2.217	638
	<b>(33.345)</b>	<b>(35.609)</b>

### Classificação dos custos por natureza

Custos operacionais	(12.549)	(10.677)
Custos com serviços prestados	(8.631)	(12.769)
Amortização e depreciação	(12.164)	(12.163)
	<b>(33.345)</b>	<b>(35.609)</b>

### 22. Despesas gerais e administrativas

## São Roque Energética S.A.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>30/06/2025</b> (não revisado e não auditado)	<b>30/06/2024</b> (não revisado e não auditado)
Aluguel e Seguros	(28)	(1.567)
Folha de pagamento, encargos e benefícios	(718)	(741)
Serviços prestados por terceiros	(979)	(1.691)
Taxas e Tributos	(211)	(33)
Outras despesas	(445)	(570)
	<b>(2.380)</b>	<b>(4.601)</b>

#### Classificação das despesas por natureza

Despesas com pessoal	(718)	(741)
Despesas com serviços	(1.007)	(3.258)
Despesas gerais administrativas e com viagens	(445)	(570)
Despesas com taxas e tributos	(211)	(33)
	<b>(2.380)</b>	<b>(4.601)</b>

#### 23. Outras receitas e outras despesas

	<b>30/06/2025</b> (não revisado e não auditado)	<b>30/06/2024</b> (não revisado e não auditado)
Indenização	-	-
Tributos não recuperáveis	(1)	-
Outras receitas	975	108
Outras despesas	(257)	-
Perdas com Fornecedores	(565)	-
Pis e Cofins sobre outras receitas	(90)	-
	<b>61</b>	<b>(108)</b>

#### 24. Resultado financeiro

##### Receitas financeiras

	<b>30/06/2025</b> (não revisado e não auditado)	<b>30/06/2024</b> (não revisado e não auditado)
Receita de Atualização Créditos - Selic	212	102
Outras receitas financeiras	-	18
Rendimento de aplicações financeiras	734	110
Pis e Cofins	(44)	-
	<b>902</b>	<b>230</b>

**Despesas financeiras**

Multa, juros e encargos sobre financiamento	(75.007)	(68.203)
Multa, juros e encargos sobre Debêntures	(13.943)	(6.264)
Tarifas bancárias	(17)	(17)
Taxas e Juros	(12.098)	(1.274)
Outras despesas financeiras	(41)	-
	<b>(101.106)</b>	<b>(75.758)</b>

**25. Imposto de renda e contribuição social**

(i) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

	<b>30/06/2025</b> <small>(não revisado e não auditado)</small>	<b>30/06/2024</b> <small>(não revisado e não auditado)</small>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(66.677)	(71.865)
Alíquota nominal	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL pela alíquota nominal</b>	<b>22.670</b>	<b>24.434</b>
<b>Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL</b>		
Provisões de encargos regulatórios	220	142
Provisão de tributos sobre faturamento	183	
Provisão para contingências	599	690
Perda com tributos não recuperáveis		
Demais despesas não dedutíveis	573	1
Despesa de IRPJ e CSLL exercícios anteriores (diferenças efetivas)		-
(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis	(758)	-
<b>IRPJ e CSLL diferido não reconhecido no exercício</b>	<b>(23.487)</b>	<b>(25.266)</b>
Reversão de IRPJ e CSLL diferido	-	
<b>Despesa com Imposto de renda e contribuição social (b)</b>	<b>(23.487)</b>	
Corrente	-	-
Diferido	(23.487)	
<b>Alíquota efetiva (b/a)</b>	<b>35,23%</b>	<b>35,16%</b>

(ii) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, apresentando a seguinte composição:

<u>30/06/2025</u> <small>(não revisado e</small>	<u>30/06/2024</u> <small>(não revisado e</small>
---	---

## São Roque Energética S.A.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>não auditado)</u>	<u>não auditado)</u>
Prejuízos fiscais e bases negativas	644.689	673.327
Reversão de Créditos Fiscais Constituídos	-	
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>222.910</b>	<b>199.422</b>

O total de imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos nas Demonstrações financeiras é de R\$ 644.689 em 30 de junho de 2025 (578.012 em 31 de dezembro de 2024). E o total de diferenças temporárias é de R\$ 817 em 30 de junho de 2025 (R\$ 2.898 em 31 de dezembro de 2024).

**26. Instrumentos financeiros****a. Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros**

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações sobre o valor justo.

Especificamente quanto a essa divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos:

- Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento;
- Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).; e
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

		<b>30/06/2025</b> (não revisado e não auditado)		
	<b>Nota</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Hierarquia</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	5	12.820	12.820	Nível 2
Concessionárias e permissionárias	7	14.032	14.032	Nível 2
		<b>26.852</b>	<b>26.852</b>	
<b>Passivo financeiros</b>				
Fornecedores	13	6.593	6.593	
Financiamentos	14	1.318.244	1.318.244	
Debêntures	14	301.959	301.959	
		<b>1.626.797</b>	<b>1.626.797</b>	

## São Roque Energética S.A.

### Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2025 (não auditadas e não revisadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024		
		Valor contábil	Valor justo	Hierarquia
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	5	11.204	11.204	Nível 2
Concessionárias e permissionárias	6	9.290	9.290	Nível 2
		<b>20.494</b>	<b>20.494</b>	
<b>Passivo financeiros</b>				
Fornecedores	12	11.878	11.878	
Financiamentos	13	1.246.873	1.246.873	
Debêntures	13	302.280	-	
		<b>1.561.032</b>	<b>1.258.751</b>	

#### d. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja item “ii”);
- Risco de liquidez (veja item “iii”); e,
- Risco de mercado (veja item “iv”).

#### **Estrutura de gerenciamento de risco**

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

#### **(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Também surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

Esse risco é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada.

Em 30 de junho de 2025 e 2024, não há contas a receber ou instrumentos financeiros para os quais são esperadas perdas ou com problemas de recuperação.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez, é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados em pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse e sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 30 de junho de 2025, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata ou carência inferior a 90 dias e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado, é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e IPCA.

Em 30 de junho de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros ativos e passivos indexados a taxas de juros e indicadores variáveis, fossem mantidos nesta data, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 12,15% a.a.; IGPM 6,54% a.a.; IPCA 4,32% a.a.). Conforme o cenário, os valores das respectivas receitas ou despesas financeiras em 2025 seriam os seguintes:

<b>Instrumentos financeiros ativos – Aplicações Financeiras</b>				
<b>Valor exposto</b>	<b>Risco</b>	<b>Provável I</b>	<b>CDI</b>	
			<b>Possível II 25%</b>	<b>Possível III 50%</b>
12.820	Redução da CDI	1.557	1.168	778
<b>Instrumentos financeiros ativos – Financiamentos</b>				
<b>Valor exposto</b>	<b>Risco</b>	<b>Provável I</b>	<b>TJLP</b>	
			<b>Possível II 25%</b>	<b>Possível III 50%</b>
1.318.244	Aumento da TJLP	114.028	85.521	57.014
<b>Instrumentos financeiros ativos – Debêntures</b>				
<b>Valor exposto</b>	<b>Risco</b>	<b>Provável I</b>	<b>IPCA</b>	
			<b>Possível II 25%</b>	<b>Possível III 50%</b>
301.959	Aumento da CDI	16.155	12.116	8.077

### (v) Risco de regulatório

Risco regulatório, é o risco de eventuais alterações na legislação ou na regulamentação imposta por órgãos governamentais, como Ministério de Minas e Energia (MME) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que possam influenciar a competitividade dos ativos, o cumprimento de disposições contratuais, etc. A forma que a Companhia adota de mitigar esse risco é a atuação proativa no acompanhamento de discussões regulatórias.

### (v) Risco hídrico

A UHE São Roque participa do MRE, o que mitiga sua exposição ao risco hidrológico específico do projeto. Caso não consiga honrar a energia comercializada, mas o MRE, sim, a exposição será valorada pela Taxa de Otimização do Sistema (TEO). Para reduzir sua exposição ao risco de baixos níveis de GSF, o projeto comprou energia por meio de PPAs.

## 27. Partes Relacionadas

### (a) Remuneração da administração

A remuneração da administração em 2025 foi de R\$ 198 (R\$ 387 em 2024), a remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários pagos aos diretores da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

### (b) Transações com partes relacionadas

Efeito no resultado:

	30/06/2025 (não revisado e não auditado)	30/06/2024 (não revisado e não auditado)
Salários da administração	(198)	(189)
	<u>(198)</u>	<u>(189)</u>

## 28. Seguros (não auditado)

### Seguro garantia de responsabilidade civil geral

Em 09 de agosto de 2024 foi celebrado com a seguradora CHUBB Seguros Brasil S.A a contratação da apólice de seguro garantia de Responsabilidade Civil Geral da São Roque Energética S.A., cujo objetivo é garantir até o limite máximo da Garantia da Apólice, com cobertura contratadas para: Operações; Empregador; Obras e/ou Prestação de Serviços de Montagem/Drenagem, Assistência Técnica, Instalação e Manutenção de Máquina, Equipamentos e Aparelhos em Geral; Danos causados a terceiros decorrentes de evento de poluição súbita e acidental - 72 horas; Cobertura para Barragens, Represas, Eclusas e/ou Diques; Custas Judiciais de Foro Civil e Danos Morais para as coberturas descritas anteriormente contratadas, ocorridos durante a vigência do seguro e cobertos por ela.

**Seguro garantia de riscos operacionais (não auditado)**

Em 09 de agosto de 2024, foi celebrado com a seguradora Tokio Marine Seguradora a contratação da apólice de seguro garantia de Riscos Operacionais da São Roque Energética S.A., cujo objetivo é garantir até o limite máximo da Garantia/Franquias da Apólice as coberturas referentes aos danos causados nos bens.

**29. Compromissos assumidos**

Em função do Contrato de Concessão celebrado com a ANEEL em 20 de agosto de 2012, a Companhia assumiu todas as responsabilidades e encargos relacionados com a elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários para conclusão da UHE, devendo executá-los de acordo com as normas técnicas e exigências legais aplicáveis e de acordo com o cronograma físico apresentado à ANEEL assumindo todos e quaisquer ônus e responsabilidades pelos eventuais atrasos.

A Companhia é obrigada a aplicar anualmente o montante, mínimo de um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme os termos da Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

Os montantes de energia vendida, contratada, são: 93,15MWm em 2025, 91,30 MWm em 2026 e 87,80 MWm de 2027 até o final da concessão (não auditado).

**30. Transações que não afetaram o caixa da Companhia**

A Companhia realizou operações que afetaram as contas patrimoniais, porém não afetaram o caixa. A seguir demonstração dessas transações.

- a. Foram efetuadas aquisições de terras pela Companhia, que estão pendentes de escrituração, no montante de R\$ 5.820 (cinco milhões e oitocentos e vinte mil reais). Deste montante, a Companhia já havia feito pagamentos através de depósitos judiciais no montante de R\$ 2.993 (dois milhões e novecentos e noventa e três mil reais) e realizou pagamentos no decorrer de 2025, no montante de R\$ 1.996 (um milhão e novecentos e noventa e seis mil reais). Desta forma, o valor de R\$ 908 (novecentos e oito mil reais) não afetou transações de caixa.

**Reconciliação do saldo do fluxo de caixa**

<b>Saldo de fornecedores em 31/12/2024</b>	<b>11.878</b>
Saldo de parcelamento de terrenos a pagar constituída em 2025	908
Saldo de pagamentos de fornecedores (saída de caixa)	(6.192)
<b>Saldo de fornecedores em 30/06/2025 (não revisado e não auditado)</b>	<b>6.593</b>

- b. Foram pagos custos com a transação da captação das debêntures no montante de R\$ 226 (duzentos e vinte seis mil reais) que foram transferidos para amortizar o passivo com as debêntures.

### **31. Eventos subsequentes**

#### **a. Reforma Tributária Brasileira**

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A administração iniciará em 2026 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras.

---

Susana Barbosa  
CPF 054.304.169-75  
Diretora

---

Gabrielle de Matos Pereira  
CPF 081.610.736-00  
Diretora

---

Tuany Caroliny Costa  
Contadora  
CPF 088.765.359-69  
CRC/SC 041736/O-8